

JANEIRO - MARÇO 1998



Roteiros

30. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



Duas vistas do Colégio Universitário Pio XII

POVOS MUDOS – POVOS DISPENSÁVEIS



Os termos de referência mais abrangentes da conjuntura deste fim de século, tal como resulta da crescente bibliografia que tende para adoptar uma unidade de modelo, são o globalismo e os direitos do homem. A percepção teilhardiana da complexidade crescente tem sempre resposta no primeiro dos referidos conceitos, o qual cobre um sistema observado que por sua vez se desdobra em

várias teias; o sistema observante que a Carta da ONU e o ideário ocidental da guerra adoptam como bandeira, tendo recebido expressão formal na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, reconhece-se com mais dificuldade na realidade que entretanto se desenvolveu.

Em grande medida, a evolução no sentido da submissão do globo a um sistema, que em muitos aspectos substituiu pela submissão as prometidas autonomias das comunidades e das pessoas, implicou o sacrifício de valores que amparavam a promessa de que nem os homens nem os povos voltariam a ser usados como instrumentos de projectos alheios.

Trata-se, em suma, de ter acontecido uma vez mais que entre as promessas dos dividendos da paz, e a sua realidade implementada, se verificou uma falta de coincidência e uma distância que fizeram permanecer, com nova medida e com novo perfil, a falta de autenticidade que deu carácter ao intervalo entre as duas guerras mundiais.

No que respeita aos valores que se congregaram na ideologia ocidental da guerra, basta consultar as perspectivas e as avaliações globais para verificar facilmente que andam afastadas dos critérios, dos modelos, e dos objectivos então proclamados.

Em plena guerra fria, quando ninguém se atrevia a prognosticar a queda do Muro de Berlim em 1989, o famoso Hudson Institute, com o qual pontificaram Herman Kahn, William Brown e Leon Martel, traçava um cenário para os próximos duzentos anos, o qual se ocupava das perspectivas dos empregos, do consumo, da energia e seus custos, das profecias e realidades relativas ao petróleo, do custo dos metais, do crescimento da população mundial, do produto mundial bruto por habitante, custo do controlo da poluição em relação ao produto nacional bruto, e nada a respeito da paz, da autodeterminação do povos, dos direitos do Homem, da relação do desenvolvimento com a equidade.

Todavia estávamos em 1976, e dois anos antes Soljénitsyne tinha sido expulso da União Soviética, por coisas como ter publicado em 1958 *Um dia de Ivan Denissovitch*, ficando obrigado a publicar apenas no Ocidente os seus manifestos posteriores; em 25 de Abril desse ano, dera-se a Revolução portuguesa que desencadeou efeitos consideráveis na estrutura internacional, incluindo

o destino de Timor; o Presidente Richard Nixon evitava o impeachment antecipando a demissão; começara em 1975 o desastre do Líbano; os cubanos tinham desembarcado nesse ano em Angola; os EUA festejavam o bicentenário da independência. Parecia inelutável ter recordado a Declaração dos Direitos de Filadélfia, e oportuno avaliar a medida em que se tinha projectado na realidade mundial, mas essa preocupação não recebeu forma no texto que entretanto se tornou famoso.

Talvez deva recordar-se, para avaliar tal alheamento, que a carta da ONU, naquilo que diz respeito à ordem e segurança mundiais, tinha sido posta entre parênteses pela ordem dos Pactos Militares (NATO – VARSÓVIA) que durante cinquenta anos se manteve em vigor com base na dissuasão nuclear, isto é, com base no medo recíproco, uma variável nova na história mundial.

No entretanto, mantida, com alguma fragilidade, a área de intervenção das organizações especializadas, e, logo depois de finda a guerra fria, a ONU anunciou o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, cujos Relatórios desde o início, em 1990, procuraram «acabar com a incorrecta avaliação do progresso humano apenas através do crescimento económico». Uma das repetidas conclusões é que «o desenvolvimento que perspectiva as desigualdades actuais não é sustentável nem merece ser sustentado».

Esta afirmação não pode deixar de lembrar que o conceito de desenvolvimento acolhido na Carta da ONU era integrado de três vertentes inseparáveis, — desenvolvimento político, social e económico, e não apenas do último que tanto inspirava a filosofia desenvolvimentista e a frustrada ideologia das raising expectations.

No centro da problemática das vertentes do desenvolvimento político e social, está a questão dos Direitos do Homem.

Acontece que a Declaração de 1948 foi, com algum fundamento considerada dependente das escalas de valores e modelos europeus, e por isso considerada de difícil entendimento coincidente nas áreas, por exemplo, de cultura islâmica, ou do humanismo oriental.

Todavia, essa avaliação dirigida dos Direitos do Homem da primeira geração, contida na Declaração de 1948, muda de sentido em face da codificação feita pelo tratado sobre direitos civis e políticos de 1969, entrando em vigor dez anos depois, quando finalmente estava ratificado por 35 Estados.

Não apenas parece infundado alegar a vinculação europeísta de tais direitos, como parece claro que os direitos do homem correspondem a um sistema baseado na lei internacional, como sublinhou Volkmar Koler, com precedência sobre o direito interno. O que significa que não é lícito invocar a inviolabilidade da jurisdição interna para cobrir os abusos. Acresce que, depois de a declaração final de 1993, feita pela conferência de Viena sobre os Direitos Humanos, também os direitos chamados de terceira geração, todos relacionados com o desenvolvimento com equidade na orientação de Patricio Aylwin, foram incluídos num consenso universal, síntese proposta da

tradição cristã, da transcendência islâmica, e o do humanismo confucionista.

Em nenhuma área cultural do mundo, é hoje lícito, para qualquer soberania, invocar a filiação ocidental dos textos legais sobre os direitos humanos, e reclamar uma leitura objectivamente diferenciada para legitimar as suas práticas abusivas.

É lamentável, mas indispensável, ter de reconhecer que também neste domínio é larga a distância entre o modelo observante elaborado pela legislação e resoluções das instâncias supranacionais e o modelo observado da realidade internacional.

Por isso, num mundo em que a sociedade civil evoluiu para transnacional, muitas organizações não governamentais assumem a voz dessa solidariedade nova e horizontal que se eleva contra as soberanias múltiplas e relutantes, e acusam a falta de meios e métodos para forçar à efectiva vigência dos direitos humanos juridicamente reconhecidos.

Quando da recente reunião da Comissão da ONU para os Direitos Humanos, em Génève, ainda, por exemplo, foi possível ao governo da China evitar resoluções críticas, usando o veto ou solidariedade de interesses.

Mas já não é possível às soberanias, mesmo privilegiadas com a majestade do veto, evitar que a Amnistia Internacional, e outras organizações humanitárias, mantenham na agenda da opinião pública mundial práticas que especialmente dizem respeito à República Popular da

China, à Colômbia, à Nigéria, à Turquia, e à Indonésia e a Timor.

Deste modo vai sendo possível evitar, que a falta de vontade política suficiente para que a comissão dos direitos do Homem da ONU decida livremente em função da realidade degradante, autorize o silêncio e a prescrição pelo esquecimento.

No longo entretanto, como consta do recente relatório do Internacional Committee da Cruz Vermelha, consagrado à avaliação do respeito pelo direito humanitário internacional, verifica-se que foi alcançado «um nível sem precedentes de barbaridade» nos conflitos em que intervem a força militar.

Esta situação parece ter relação com o facto de a Carta da ONU ter sido um exercício frustrado no sentido de conseguir a coexistência, e harmonia, entre o legado maquiavélico ocidental, que reconhece a hierarquia das potências no Conselho de Segurança, e o legado humanista relegado para a Assembleia Geral sem poder decisório.

Foi o primeiro que conduziu à substituição do modelo proposto para ordem e segurança mundiais pela referida ordem dos Pactos Militares que vigorou até 1989.

A revisão da estrutura colonial euromundista em que se viveu até à segunda guerra mundial, ficou condicionada pela avaliação da balança de poderes mundial em formação. Por isso, se todos os impérios da frente marítima europeia tiveram de submeter-se à descolonização programada, é certo que nem os EUA nem a URSS encontraram, na sua vasta área de soberania, nenhum povo para autodeterminar.

Muito pelo contrário, os EUA seriam autorizados a integrarem o Hawai e o Alasca no seu território nacional, coisa não consentida a qualquer outro Estado; a URSS, detentora do maior império terrestre e colonial, manteve íntegra a doutrina das nacionalidades que o próprio Estaline elaborara, até que a Perestroika permitiu finalmente olhar para o dentro das coisas.

Os limites da tolerância existentes e respeitados durante o meio século de ameaça recíproca entre os Blocos, permitiram uma política de metades — duas meias Europas, duas metades de Berlim, duas Coreias, dois Vietnams, dois Iémens; consentiu liberdades unilaterais como na Grécia, na Hungria, na Checoslováquia, no Afeganistão; e além disso promoveu a existência, para além da situação dos direitos do homem, de duas categorias de povos, às quais foi negado o direito à autodeterminação, que são os povos mudos e os povos dispensáveis.

Nos primeiros se incluem, como exemplo significativo, os vinte e três milhões de Curdos que temiam em subsistir: 12 milhões na Turquia, onde representam 20% da população; 4,5 milhões no Iraque, atingindo 25% da população; 1 milhão na Síria, correspondendo a 9% da população; ainda, uma diáspora no martirizado Líbano, cuja reabilitação internacional acaba de ser pregada por João Paulo II:

Todavia, e não obstante as declarações de princípio e as práticas descolonizadoras da ONU, os Curdos são referidos sempre como minoria dos vários territórios onde se encontram as parcelas em que os dividiram, e não são autorizados a falar por si próprios ao mundo, em nome da unidade do povo. Desde 1995 que a questão dos Curdos é o problema principal da Turquia, onde uma guerra contra o chamado Partido dos Trabalhadores do Kurdistan (PKK)



HOTEL ROMA

* * *

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16586 P
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

EM FÁTIMA:

* * *

HOTEL SANTA MARIA

Rua de Santo António
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

HOTEL DOM JOSÉ

Av. D. José Alves Correia da Silva
Telefs (049) 52215/52225 — Telex 43279

procura dominar o separatismo, matou mais de 20.000 pessoas, levou trinta mil homens das forças armadas a invadir o Norte do Iraque para tomar as bases e o santuário assegurados pelos que vivem nesse lado da fronteira. Podemos lembrar os Tamouls de Sri Lanka, os Tutsi e os Hutu do Burundi e do Ruanda, sem esquecer os irlandeses do Norte e os bascos peninsulares.

Deles falam alguns, em vez deles falam as soberanias interessadas, mas eles próprios são oficialmente mudos por razões de interesses alheios.

Neste fim de século, ao qual prometidos os dividendos da paz, os povos mudos ainda tendem para serem considerados povos dispensáveis, vítimas de eliminação programada.

A experiência do passado, não muito longínquo e datado até pelas autodeterminações liberais e pela proclamação do direito à revolta e à independência que deu personalidade aos Estados de todo o continente americano, conheceu essa prática de que foram vítimas os aborígenes. Desse modo desaparecem as poderosas tribos que povoavam o território entre o Atlântico e o Pacífico, um facto logo documentado por Toqueville em algumas das suas páginas dramáticas.

Quando a guerra de 1939-1945 viu incluir a solução final entre os objectivos da Alemanha, que para isso exterminou seis milhões de judeus, toda a pregação ideológica foi desenvolvida em torno do conceito de povo dispensável, e até da exigência e justificação de o dispensar.

A condenação mundial de semelhante prática, a incriminação do genocídio e dos crimes contra a Humanidade, a criação do Tribunal de Nuremberg, a execução humilhante dos responsáveis alemães, a criação de santuários

nos lugares dos sacrifícios, a construção dos museus da memória, a responsabilização dos aparelhos educativos pelo alerta da consciência das novas gerações, nada foi suficiente para que a categoria dos povos dispensáveis fosse definitivamente eliminada. O legado maquiavélico guardou a sua área de vigência com êxito em relação às pretensões do legado humanista.

Lembremos, como exemplo significativo, a Guerra do Biafra que, durante dois anos e meio, massacrou a população dessa província que pretendia exercer a autodeterminação em relação à Nigéria. Em meados de Janeiro de 1970 o chefe da revolta, general Phillip Efflang, ofereceu a rendição sem condições ao governo de Lagos. Nessa data os observadores anunciaram que tinham sido mortos dois milhões de Ibos, habitantes do Biafra, numa população de catorze milhões de pessoas. Foi inútil que a Cruz Vermelha, logo em 1968, tornasse público que eram eliminadas 8.000 a 10.000 pessoas diariamente, descrevendo o sofrimento sem igual das crianças, e salientando que a maior parte das vítimas sucumbia pela fome nos campos de concentração.

A paz e o silêncio desceram simultaneamente sobre o território, com os interesses dominantes pacificados pela redução de um povo dispensável.

Sugerimos que é neste vasto passivo da ordem finda dos Pactos Militares que se inscreve o drama de Timor. Com fortes pressões sistémicas no sentido de reduzir os timorenses à situação de povo mudo, e ao tratamento de povo dispensável por parte da Indonésia.

Esta percepção não veio atenuar nenhuma responsabilidade história de Portugal, que conduziu de forma deficiente o processo de retirada da soberania. Mas sem eliminar essa responsabilidade de um país de condição exógena em relação ao sistema mundial então vigente, parece seguro que Timor foi vítima, por duas vezes na vida da mesma geração, de genocídio executado no interesse dos grandes poderes concorrentes na área.

Durante a guerra de 1939-1945, Timor ainda era considerado um território de importância estratégica para a segurança da Austrália, e por isso as forças australianas o invadiram, violando a neutralidade portuguesa, com prudente silêncio do governo.

A invasão consequente pelos japoneses, que expulsaram os aliados, deixou a população entregue a uma violenta ocupação militar, a qual praticamente destruiu o território, em termos de corresponder à definição dos crimes contra a Humanidade. Ficou dessa época a lendária gesta de D. Aleixo, contada pelo Capitão Óscar Ruas, primeiro governador português a retomar o exercício da soberania depois da derrota do Japão e seus aliados.

As coisas mudaram entretanto radicalmente no período em que vigorou a ordem dos Pactos Militares, em parte porque Timor deixou de interessar ao conceito de segurança australiano, bastando como razão a evolução da arte da guerra.

Durante o período da descolonização e da consolidação do estatuto internacional da Indonésia independente, o Presidente Soekarno, o mesmo da geração de Bandung, declarou mais de uma vez que o seu país apenas pretendia o território da antiga soberania colonial holandesa, e que não tinha pretensões sobre Timor-Leste.

Esta boa conduta estava de acordo com a orientação da ONU que era no sentido de manter as fronteiras territo-



riais sem revisão, um ponto expressamente acatado pela Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), e posto em causa pela primeira vez, perigosamente, na crise dos grandes lagos neste ano de 1997.

Por outro lado, a proclamada obediência ao preceito também amparava a pretensão da Indonésia no sentido de obter a tranquila entrega de Irian Jaya, a metade ocidental da ilha da Nova-Guiné, cuja parte oriental forma a Papouásia-Nova Guiné.

Ali também vigora uma violência extrema, e notícias veiculadas pela Igreja Católica falam de trinta e sete mortos em 1994-1995, havendo informação sobre a acção independentista da OPM (Organização para a Independência da Papouásia) e as violências que recrudesceram em Março de 1996: é um caso que pode suspender-se de povo mudo, que o descaso internacional poderá deixar tratar como povo dispensável.

Mas aquela boa conduta de Soekarno foi abandonada pelo actual regime do general Suharto, chegado ao poder com a bandeira do anticomunismo e com escassa economia das vidas dos adversários, liquidados por centenas de milhares.

Como expresso proclamado receio de que a Revolução portuguesa de 1974 entregasse o governo de Timor-Leste a um governo marxista, e invocando a prevenção, anunciou que não assistiria pacífico a essa tentativa, numa mensagem mal lida pelo governo português da época.

Em 1975 invadiu, ocupou, e integrou Timor-Leste no seu território, cometendo assim três violações do direito Internacional.

A reacção das potências tem sido lenta, porque é a *real politic* que principalmente orienta os comportamentos: a Austrália, agora em processo de asiaticação do seu conceito estratégico nacional, assume uma definição de segurança alargada que inclui a defesa das boas relações e solidariedade com a potência militar regional que é a Indonésia; os EUA, em crise de solidão, depois da queda do Muro em 1989, tem a Indonésia como principal aliado militar nesse vasto Pacífico, e cala ali o discurso humanista que entretanto vai fazendo pela América Latina, e que também coloca em surdina quando chega a Pequim.

Depois, uma desgraça que acontece aos povos pobres, Timor tem petróleo e isso conduz mais rapidamente ao acordo dos interesses, do que ao interesse pelos direitos dos povos e pelos direitos do homem.

Tudo circunstâncias que explicam porque é que uma situação tão profundamente em desacordo com o direito internacional, foi também objecto de um processo de deturpação da imagem para a fazer perceber como um diferendo entre a Indonésia e Portugal.

Realmente é uma grave questão entre a Indonésia e as Nações Unidas, isto é, entre a Indonésia e a comunidade internacional, da qual não podem licitamente alhear-se nem o Conselho de Segurança, nem a Assembleia Geral, nem a Comissão de Direitos do Homem, nem o Conselho de Tutela.

Portugal, sejam quais forem as suas responsabilidades históricas, é hoje apenas potência administrante, legitimado pela Carta da ONU para representar e defender os interesses e direitos dos timorenses, como povo e como pessoas. Nisso não pode Portugal transigir, porque não cura de interesses próprios, cumpre sim um dever jurídico para com a comunidade internacional, assume um dever moral e internacional para com os timorenses, não recusa a responsabilidade histórica que lhe pertence, e nem beneficia de inventário.

Esta autenticidade de conduta, que obteve adesão unânime das forças políticas, das instituições, e da sociedade civil portuguesas, não teria certamente sido suficiente para evitar que sobre Timor continuasse descendo a cortina do esquecimento, destinada aos povos tratados como mudos e dispensáveis, se o tribunal da opinião pública mundial, hoje de facto afirmado na sociedade civil transnacional que se organiza com voz própria, não tivesse sido alertado pelos meios da comunicação social que surpreenderam a violência, pelos timorenses que no exterior fizeram o clamor pela justiça, pela Igreja Católica portadora da herança dos teólogos juristas que aqui mesmo, nas nossas Universidades, designadamente Suarez e Molina, mais os seus discípulos da nossa Escola de Direito Natural, lançaram os fundamentos dos direitos dos homens e dos povos.

A campanha que o Prémio Nobel recompensou, e fortaleceu, é verdadeiramente uma demonstração do poder do Verbo, do poder dos que não têm poder, da capacidade que a palavra inspirada tem de disfuncionar um sistema violento em favor da justiça. Que será feita, segundo nos diz a esperança, que sustenta todos os que participam neste bom combate.

ADRIANO MOREIRA

Universidade Católica

14/05/97

Sessão de homenagem a D. Ximenes Belo

COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

Legado Político do Ocidente de Adriano	
Moreira, César Albuquerque	
e Alexandre Bugalho	5.000\$00
Europa em Formação — Adriano Moreira	2.500\$00
Comentários — Adriano Moreira	1.500\$00
Colecção de Tratados, Convenções	
e outros actos públicos relativos	
a Portugal — Henrique Martins	
de Carvalho, 5 Volumes	15.000\$00
Ensaio Sobre o Problema de Estado,	
2 Volumes de Adelino Maltez	5.000\$00
Imperial-Comunismo — Adelino Maltez	4.000\$00
Estratégia, 6 Volumes	6.000\$00
Mudança Cultural do Brasil	3.000\$00
Obras Completas de D. João de Castro,	
4 grandes Volumes. Coordenação	
de Armando Cortesão e de Luis	
Albuquerque — cada Volume	12.500\$00
— A Colecção completa	50.000\$00

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Róteiros*).

CLARETIANOS EM PORTUGAL

DATAS A LEMBRAR

1. A Congregação dos Missionários do Coração de Maria, vulgarmente conhecidos com o nome «Missionários Claretianos», nome tomado do seu fundador, St.^o António Maria Claret, está em festa ao comemorarem os 100 anos da sua 1.^a chegada a Portugal, 50 anos da sua chegada aos Carvalhos, onde instituíram o seu Seminário em 1947, e em 1950 compraram, o que tinha sido o prestigioso Colégio dos Carvalhos, que se encontrava em extrema decadência, 65 alunos, hoje, 2.100 estudantes.

Essas datas são importantes para o 2.^o arranque em Portugal nos meados deste século XX em que, em 31 de Maio de 1950 era criada a Vice-Província Portuguesa, conseguindo assim a sua autonomia canónica.

Não vou fazer aqui a história da Província Portuguesa Claretiana, mas quero destacar um facto importante, que tem

Por absurdo que pareça, ainda que no primitivo projecto apareciam espaços para residências Universitárias e cantinas, desapareceram e somente se construiu a dita cantina «velha», aparecendo muito mais tarde a 2.^a Cantina na Av. das Forças Armadas.

Em 1949 surge a ideia da construção do Colégio Universitário Pio XII. Porém a ideia não foi bem acolhida no Ministério da Educação; essa área estava reservada à M.P.; nem foi acarinhada pela Alta Hierarquia Eclesiástica de Lisboa; porém foi acarinhada pela Nunciatura Apostólica e pela Secretaria de Estado do Vaticano e pelo Papa Pio XII que permitiu usar o seu Braço.

Compraram-se os terrenos em Março e Outubro do ano Santo 1950, estudaram-se os projectos, após visitas a Colégios Universitários europeus, meteram-se os projectos na C.M. benzeu-se

a 1.^a pedra em 29 de Agosto de 1955 e as obras seriam iniciadas em Outubro do mesmo ano.

As obras da 1.^a fase andaram a bom ritmo, ao ponto de no dia 11 de Janeiro de 1957 instalavam-se na ala sul, ainda por acabar, os 2 primeiros estudantes e os dois sacerdotes que iriam assumir a 1.^a Direcção do incipiente Colégio Universitário Pio XII em 11 de Fevereiro desse mesmo ano.

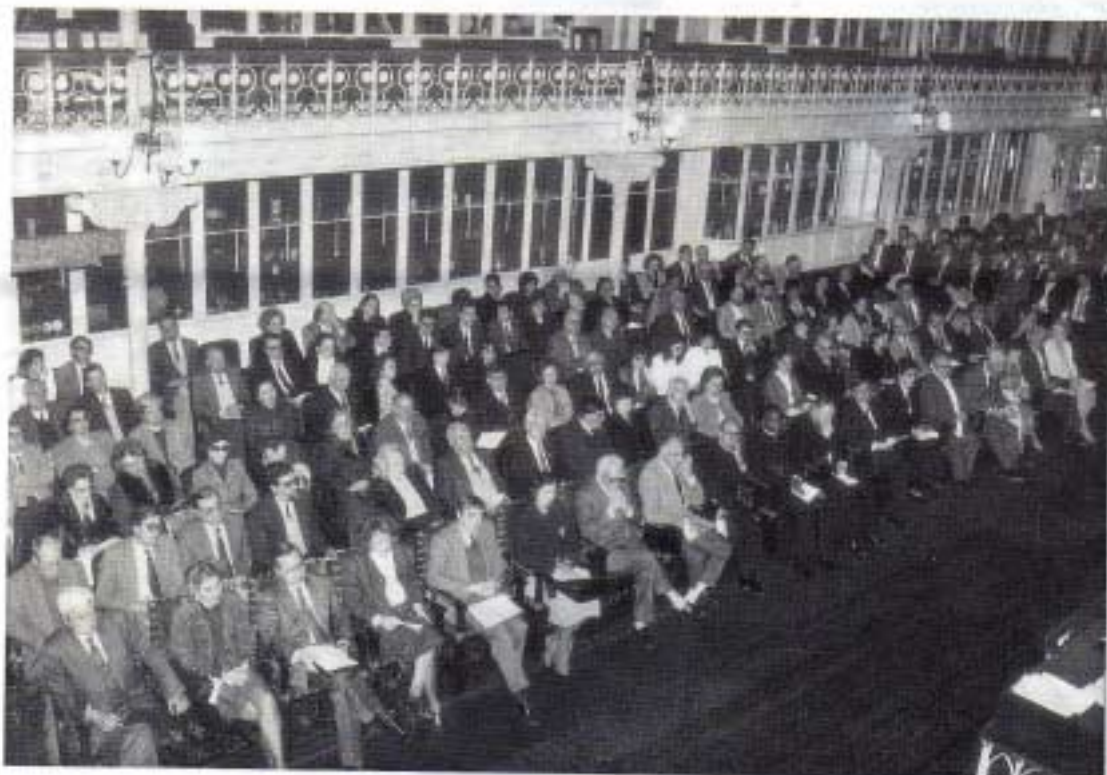
Assim começou com toda a modéstia e humildade o Colégio Universitário Pio XII, sendo benzida a cripta da futura igreja em 25 de Maio do mesmo ano, pelo então Arcebispo de Mitilene e no dia seguinte (Domingo), seria celebrada a 1.^a missa

pelo Nuncio Apostólico Mons. Fernando Cento.

O 1.^o ano escolar começaria em Outubro desse ano de 1957.

2. Porquê um Colégio Universitário em Lisboa

No pós-guerra 39/45 surgiram as novas cidades universitárias e com elas as necessidades de dar apoio aos estudantes que vinham de longe e que precisavam de um ambiente favorável ao estudo e à sua formação integral, visto a Universidade apenas se preocupava com formação científica, ficando o estudante desamparado e absorvido pela cidade. As pequenas residências da M.P. e de algumas Congregações religiosas não tinham hipóteses de resposta às necessidades a que a Universidade também não respondia.



Um aspecto da assistência ao encerramento do ciclo dos Encontros Europeus Universitários

marcado profundamente o campo de acção, onde os Claretianos aparecem como pioneiros numa das áreas do campo da educação: a área universitária, restaurando em Portugal os beneméritos e famosos Colégios Universitários, que a voragem liberal extinguiu em Coimbra em 1834.

De facto, após a 2.^a Guerra Mundial, 1939-45, deu-se uma grande explosão na criação das novas Cidades Universitárias.

Saindo do centro das antigas cidades Universitárias Medievais para fora da cidade, criaram-se espaços, edifícios e condições, que os novos tempos e novas exigências pedagógicas exigiam.

Assim surge em Lisboa, a partir da década de 40, o novo espaço onde se construíram nas décadas de 40 e 50 as faculdades de Medicina, Letras, Direito e posteriormente outras.

Os Colégios Universitários pretendem dar apoio integral para formação humana, social, científica, cultura, artística, ética e religiosa. Poderíamos dizer de outro modo, o Colégio Universitário pretende dar apoio à família, e preencher o vácuo, que a Universidade não tem facilidade de preencher.

Um Colégio Universitário Católico colabora com a sociedade com a Igreja, com o Estado e a família na formação integral do Estudante.

O homem nasceu para viver em Comunidade, desenvolver-se na Comunidade e para a Comunidade.

Não me é possível tratar neste pequeno esboço tudo quanto pode proporcionar um Colégio Universitário, mas vou tentar tocar apenas nas áreas cultural, artística e física.

3. Actividades Culturais

Entre as muitas e variadas actividades culturais realizadas nos primeiros 25 anos da vida do Colégio como: ciclos de Conferências, Teatro, Jogos Florais, Concursos Fotográficos, quero apenas destacar uma actividade que durante 25 anos apelidamos: Os Encontros Europeus de Universitários iniciados em 1965 e encerrados em 1989 e seguidos pelos Foruns Universitários de Estudos Europeus, iniciados em 1990 e estando em preparação o IX Forum, para ser realizado em Abril do corrente ano de (1998) em Macau, tendo como tema: «A Caminho do Oriente».

O 1.º Encontro Europeu de Universitário foi realizado em Lisboa em 1965 e o XXV foi em Augsburg em 1989.

Neste XXV Encontro foram apreciados e discutidos nas sessões de trabalho os 298 trabalhos, tendo cada trabalho uma média de 30 páginas escritas à máquina, não contando a bibliografia utilizada para a elaboração do trabalho.

Observe-se porém, que a Bibliografia para os diferentes temas de estudo, foi fornecida pela Biblioteca do Colégio Universitário Pio XII.

Nestes 25 Encontros participaram 1.967 estudantes e 98 professores ao todo 2.065 pessoas ligadas à Universidade.

A realização desta actividade cultural ficou em 70.000 contos, dinheiro da época. O XVII Encontro que foi realizado em Viena de Áustria ficou em 6.516.539\$00.

Ao encerrar esta pequena nota sobre esta actividade cultural é com muita satisfação, que no solene acto de encerramento que foi feito na Sala Portugal da Sociedade de Geografia presidido pelo Dr. Mário Soares, então Presidente da República, entregou ao Colégio Universitário Pio XII a Medalha Jean Monnet, oferecida pela U.E. sendo a segunda oferecida em Portugal.

Dentro das actividades culturais e de comunicação com as famílias dos estudantes, criou-se em Dezembro de 1964 a Revista *Communitas*, que nasceu como Órgão da Associação dos Estudantes do Colégio Universitário Pio XII e em 1962 e 1972 publicou-se a revista *Lucerna* que recolhia os principais acontecimentos do ano, ilustrando-os com fotografias enviadas a todas as famílias dos estudantes do Colégio e as outras famílias dos estudantes do Colégio e a entidades académicas.

Juntamente realizaram-se jogos florais compreendendo poesia, conto e ensaio, não se esqueceram as noites de teatro e de Música realizadas no Maria Amália.

Está a ser impresso um volume, tendo sido recolhidos os primeiros prémios dos Jogos Florais, ficando a testemunhar uma época de grande actividade cultural e nem faltou a bola que animava os tempos livres e onde se disputavam belas taças que constituem hoje uma bela lembrança dessa época.

Tudo isto visto em retrospectiva é lembrado na celebração do XI aniversário da criação do Colégio Universitário Pio XII.

Esta aventura da realização de 25 encontros e dos 8 Foruns, somente foi possível, criando um clima de grande confiança na direcção do Colégio, e nas Comissões Organizadoras que ganha-



Encerramento do ciclo dos Encontros Europeus Universitários em 2 de Março de 1990, na Sociedade de Geografia, presidido pelo Dr. Mário Soares, que condecorou o Padre Joaquim António de Aguiar, com o Grau de Oficialato da Ordem de Instrução Pública e entregou a medalha Jean Monnet ao Colégio Universitário Pio XII.

ram a confiança dos participantes e dos apoiantes.

Não haja dúvidas, que somente gente sonhadora, e, se quiserem, «gente confiante na generosidade dos nossos amigos», é que se poderia lançar na realização destas 37 acções culturais em que se investira, mais de 200.000 contos! Deus é grande, quando a confiança em Deus é também grande.

Vamos pois continuar a sonhar, enquanto Deus nos conceder tempo para sonhar e afirmámos que somente os homens que sonham e confiam em Deus, é que são capazes de transformar os sonhos em realidade.

ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA

RECEPÇÃO DE NOVOS ACADÉMICOS

No corrente Ano Cultural — Outubro/97 — Maio/98 a Academia Internacional da Cultura Portuguesa, vestiu-se de Gala 2 vezes para receber vários Académicos Correspondentes: 2 Espanhóis e 2 Portugueses.

No dia 28 de Outubro/97 foram recebidos como Académicos Correspondentes os Senhores Professores Doutores Raúl Morodo, Catedrático de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Complutense de Madrid e que desempenha actualmente as funções de Embaixador de Espanha em Lisboa e o Prof. Doutor António Truyol Serra, que tem

O Senhor Embaixador de Espanha desenvolveu a tese: «Portugal e Espanha. Divergências e Convergências na transição para a Democracia.»

O Senhor Prof. Doutor António Truyol Serra apresentou um trabalho de investigação: «O Pe. Tomás Pereira S. J. e a negociação do 1.º Tratado Internacional da China com uma potência estrangeira (Rússia)».

Encerrada a sessão académica, o presidente da Academia ofereceu um jantar aos novos académicos, seus familiares e amigos que serviu de ocasião para um convívio de grande



Exma. Senhora Dra. D. Maria de Jesus Simões Barroso Soares, Prof. Doutor Adriano Moreira — Presidente Honorário da Academia, Sr. Escritor Jesué Pinharanda Gomes, Pe. Joaquim António de Aguiar — Presidente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa

desempenhado as funções de Catedrático de Direito e Relações Internacionais e de Direito Internacional Público na Faculdade de Ciências Políticas e Económicas da Universidade Complutense de Madrid e tem sido Professor convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

A Academia Internacional da Cultura Portuguesa ficou enriquecida com a admissão destas duas ilustres figuras da vida Cultural e Política de Espanha.

A sessão académica foi muito concorrida pelos outros Senhores Académicos e amigos dos novos académicos.

interesse cultural e de um melhor e mútuo conhecimento e aprofundamento de relações de estima e amizade.

No dia 15 de Janeiro p.p. a nossa Academia Internacional da Cultura Portuguesa vestiu-se de novo de gala para receber 2 novos Académicos Correspondentes portugueses: a Exma. Senhora Dr.ª D. Maria de Jesus Simões Barroso Soares e o escritor Jesué Pinharanda Gomes; ela é a segunda Senhora que integra o número de Académicos Correspondentes, portugueses, tendo porém como colegas 3 Senhoras Professoras Catedráticas da Faculdade de Letras de St. Petersburg, que rece-



Senhor Prof. Doutor Raul Morado — Embaixador de Espanha em Portugal e Prof. Doutor António Trayol Serra

beram o Colar de Académicas na sessão de encerramento do VII Forum Universitário de Estudos Europeus no dia 27 de Março de 1997 realizada no Salão Nobre de Doutoramentos, da Universidade Pedagógica.

A Sr.^a Dr.^a D. Maria de Jesus Simões Barroso Soares é uma figura nacional, destacando-se de 1986 a 1996 como 1.^a Dama do País, tomando posições frontais em relação a problemas que se apresentam como cruciais no nosso tempo, relativos à família, à infância, à educação, à saúde, integração de deficientes e prevenção em relação à violência.

Na área cultural é notável a sua sensibilidade em relação à poesia portuguesa e estrangeiras.

Apreciada em toda a parte, tem 2 Doutoramentos Honoris Causa e foi agraciada com 22 Grão Cruzes e Medalhas honoríficas e pertence a 35 Organizações Nacionais e Internacionais.

Na sessão de posse desenvolveu o tema: «O Mundo em que vivemos. Horizonte de Esperança ou de Desespero?!».

A seguir subiu à tribuna o escritor Jesué Pinharanda Gomes que tem dedicado o tempo livre da sua profissão, à investigação sobre o Pensamento Português, 8 volumes publicados, Dicionário da Filosofia Portuguesa, História da Diocese da Guarda, os Congressos Católicos em Portugal, As Duas Cidades, tendo ainda publicado 6 biografias de grandes vultos do clero português dos séculos XIX e XX, além de numerosos artigos em jornais e revistas sobre monumentos e movimentos do pensamento político social cristão.

Trabalhador incansável na recolha de dados relativos à vida da nossa gente das nossas aldeias e vilas da Região Beiroa.

Tem participado em Congressos e reuniões católicas apresentando trabalhos muito valiosos.

É membro da Comissão de História do Processo de canonização do Servo de Deus, D. Manuel Mendes da Conceição Santos.

Na tomada de posse desenvolveu o tema: «Notícia sobre o Epistolário entre o Arcebispo de Évora e as Irmãs de Santa Teresinha do Menino Jesus».

Esta sessão da Academia foi muito animada pois vários Senhores Académicos tomaram a palavra, destacando-se o Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, Presidente Honorário da Academia.

Encerrou a sessão o Presidente da Academia convidando os presentes para um jantar conclusivo desta importante sessão.

Pe. Joaquim António de Aguiar.

INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral
N.º de Registo 112 874

Direcção

Pe. Joaquim António de Aguiar
António Maria M. Pinheiro Torres
(Secretário-Geral do IDJC)

Redacção

Sede do Instituto
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)
1400 LISBOA
Telef. 302 17 28

Propriedade

Instituto Dom João de Castro
N.º 212 873

Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL
Rua da Alegria, 30 — Tel. e fax 346 47 20 — 1250 LISBOA

DEF. LEGAL N.º 18 702/87

FILOLOGIA LUSO-BRASILEIRA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PETERSBURGO NO SÉCULO XX

O interesse por Portugal e Brasil, sua cultura, literatura e língua tinha surgido na Rússia já havia muito.

Viajantes, navegadores, cientistas, homens de letras russos tratavam de conhecer, descrever e participar aos seus compatriotas os valores naturais e culturais destes países considerados exóticos. No fim do século XVIII foi publicada a primeira versão russa (em prosa) de «Os Lusíadas» de Luís de Camões, Alexandre Puchkin, o maior poeta russo de todos os tempos, traduzida as «Liras» de T. A. Gonzaga, o célebre pintor do século XIX Karl Brüllov

romanista e lusista. Grigori Lozinski tomava parte na preparação destes livros como organizador, redactor, autor de interessantes estudos preliminares, e também como tradutor, junto com outros filósofos que efectuavam então traduções artísticas de português para russo — E. Lavrova, M. Jirmunski, M. Ryndin, V. Reitz.

No começo dos anos 20 na Universidade de Petrogrado (como se chamava então a cidade) funcionava um seminário em que se ensinava a língua e a literatura portuguesa, dirigido por G. Lozinski. Este seminário foi, segundo pare-



A Professora Doutora Helena Golubeva, académica da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, acompanhada das duas colegas, também académicas, e do Presidente da Academia, Padre Joaquim António de Aguiar

representou num magnífico quadro a morte de Inês de Castro, nas revistas russas apareciam artigos sobre Portugal e a sua literatura, poesia, teatro.

No começo do nosso século o interesse para as letras portuguesas na Rússia cresceu consideravelmente. Saíram, em tradução russa, alguns romances e contos de Eça de Queirós, narrativas históricas de Alexandre Herculano. O papel principal na realização destas edições pertencia a Grigori Lozinski, professor universitário, destacado

ce, a primeira tentativa de ensino universitário de português na nossa cidade. G. Lozinski emigrou e passou o fim da sua vida no estrangeiro, mas alguns dos seus alunos — Olga Vassilieva, Faína Aleksandrova — fizeram muito, posteriormente, para a divulgação da filologia luso-brasileira na Rússia.

Com as letras portuguesas ocupava-se também Konstantin Derjavin, (1903-1956), professor da mesma Universidade, grande conhecedor de Literatura Espanhola. Foi ele quem

escreveu o artigo sobre a Literatura Portuguesa na Enciclopédia Literária, publicado em 1935.

Um passo importante para a Filologia Espanhola e Portuguesa foi dado em 1941, quando em Leninegrado (como se chamava a cidade em 1924-1991) saiu à luz o livro «Ensaio sobre a história das Línguas de Espanha», cujo autor era o Académico Vladimir Chichmarev (1875-1957), eminente filólogo-romanista. No capítulo intitulado «Galego e Português» considerava-se, no plano histórico, a área ocidental da Península Ibérica, as inter-relações do Galego e Português, as particularidades destas línguas incluindo diferenciações dialectais, variantes do Português na América, África e Ásia, e também as literaturas galega e portuguesa no seu desenvolvimento desde a Idade Média até ao século XX.

Os estudos luso-brasileiros foram retomados depois de terminada a Segunda Guerra Mundial. Em 1947 apareceu «Hispanica», Boletim Científico da Universidade de Leninegrado, edição dedicada à filologia da Península Ibérica. Nesta publicação figuravam quatro artigos sobre os problemas do Mundo Luso-Brasileiro. Cada um deles apresentava o resultado de sério trabalho de muitos anos.

Mikhail Alekseev (1896-1981), célebre investigador das relações internacionais da Literatura Russa, falava no seu artigo «Puchkin e o Poeta Brasileiro» da tradução feita pelo grande poeta russo de uma das «liras» de Tomás António Gonzaga, publicada postumamente.

Faina Aleksandrova (1891- ?), especialista na filologia italiana e portuguesa, publicou um artigo sobre as «Odes Modernas» de Antero de Quental. F. Aleksandrova traduziu também as «Odes Modernas» para o russo, mas a sua tradução ficou inédita.

No boletim «Hispanica» foram publicados dois artigos de Olga Vassilieva (1896-1987), assinados já com o apelido duplo — Vassilieva-Chvede, devido ao casamento da autora. No primeiro — «Sobre os Problemas da Língua Portuguesa no Brasil» sublinhava-se a importância da língua nacional dos brasileiros e descreviam-se as suas principais particularidades fonéticas, sintácticas, léxicas. O segundo artigo, intitulado «Materiais Linguísticos da Expedição Russa no Brasil nos anos 1821-1829», foi dedicado à actividade linguística da famosa expedição russo-brasileira chefiada por G. Langsdorff, conhecido cientista e viajante russo de procedência alemã. Esta expedição, além de numerosos objectos naturais e etnográficos, recolheu também interessante material linguístico — listas de palavras dos falares de algumas tribos índias, anotações sobre a «Língua geral do Brasil».

Nos anos 50 no quadro da Cátedra de filologia românica da faculdade de filologia da Universidade de Leninegrado foi organizado um seminário facultativo de língua portuguesa, dirigido por Faina Aleksandrova. Neste seminário aprenderam a língua portuguesa alguns estudantes da secção de Filologia Espanhola, entre eles Inna Tchejegova, (1929-1990), que foi, depois, excelente tradutora de literaturas de expressão espanhola e portuguesa, e Galina Neustroeva, futura Académica-Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

O ano de 1962 foi um ano crucial para a lusística russa. Neste ano a Secção de Filologia Espanhola da Universidade de Leninegrado-Petersburgo, dirigida por O. Vassilieva-Chvede, foi transformada, por sua iniciativa, na Secção de Filologia Hispano-Portuguesa. Nesta Secção, por primeira vez no nosso país, começou a realizar-se a preparação universitária de especialistas em língua portuguesa e literaturas de expressão portuguesa. O primeiro professor de português da primeira turma de lusistas foi Anatoli Gach, formado pela Secção de Filologia Espanhola. Em 1964 O. Vassilieva-Chvede e A. Gach publicaram um livro que devia facilitar o trabalho dos professores e estudantes-lusistas — uma Antologia, em língua portuguesa, que incluía fragmentos das obras dos melhores autores portugueses e brasileiros dos séculos XIX-XX (!).

Os estudantes-lusistas deviam aprender, desde o primeiro até ao quinto ano, a língua portuguesa, cujo ensino dividia-se em vários aspectos: fonética, gramática prática, leitura analítica, língua falada, tradução, etc. Era obrigatório o estudo da língua latina como base da preparação filológica dos romanistas. A língua francesa figurava no programa como segunda especialidade, e era preciso aprender mais um idioma moderno, românico ou germânico. Permitia-se também o estudo facultativo de outras línguas. A preparação teórica dos estudantes-lusistas incluía, além

AGP
VIAGENS

Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P — Fax 354 09 03
Lic. DGT n.º 378/83

FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00
Telex 27133 Acptu P — Fax 200 25 02



**UMA
QUESTÃO
DE QUALIDADE**

de cursos gerais de filologia, literatura universal, introdução na linguística geral e na filologia românica, etc., cursos especializados de filologia e cultura luso-brasileira: História da Literatura Portuguesa (pr. as H. Golubeva, I. Khokhlova), Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Expressão portuguesa (pf. a H. Golubeva), história da língua portuguesa (O. Vassilieva-Chvede, H. Golubeva), gramática teórica da língua portuguesa (pr. O. Vassilieva-Chvede, pr. V. Fedorov, pr. a G. Neustroeva), lexicologia portuguesa (pr. A. Gach, pr. a N. Med), estilística da língua portuguesa (pr. a I. Khokhlova), língua portuguesa no Brasil (pr. A. Gach) e na África (pr. A. Jaruchkin), história dos países lusófonos (pr. B. Komissarov e seus alunos).

Desde o segundo ano os estudantes deviam escrever uma tese de ano dedicada aos problemas da filologia luso-brasileira, e no quinto — preparar e defender a tese de diploma e prestar Exames de Estado. Com algumas modificações, este programa de estudos continua em vigor até hoje.

Em 1972, depois da reforma da professora catedrática O. Vassilieva-Chvede, a Secção de Filologia Hispano-Portuguesa foi dividida em duas: Secção de Filologia Espanhola e Secção de Filologia Portuguesa. A chefe da nova secção foi nomeada a professora docente Helena Golubeva, que exerceu este cargo até 1996. Actualmente, a Secção de Filologia Portuguesa da Faculdade de Filologia da Universidade Clássica de São Petersburgo é dirigida pela professora docente Galina Neustroeva.

A maioria dos professores da Secção de Filologia Portuguesa são candidatos (doutores) em ciências filológicas; a professora Helena Nikolaeva está a preparar uma tese de candidato dedicada às frases existenciais com o verbo «haver» na língua portuguesa.

Quatro lusistas de São Petersburgo — Helena Golubeva, Irina Khokhlova, Galina Neustroeva e Vadim Caryl tiveram a honra de ser eleitos, em 1995-1996, Académicos-Correspondentes da Academia Internacional da Cultura Portuguesa.

Os professores-lusistas de São Petersburgo realizam um intenso trabalho no domínio de preparação e publicação de manuais e livros de estudo com o fim de facilitar e aperfeiçoar o processo do ensino, e levam a cabo, ao mesmo tempo, sérias investigações científicas dedicadas à língua, literatura, cultura e história dos países de expressão portuguesa. A fundadora da Secção de Filologia Portuguesa O. Vassilieva-Chvede, além dos estudos publicados no boletim «Hispanica» e da Antologia de autores portugueses e brasileiros editada com A. Gach, é também autora de alguns artigos sobre a língua Portuguesa de Portugal e do Brasil. Conhecidora de todas as línguas ibero-românicas, O. Vassilieva-Chvede dedicou muitos anos de esforços ao estudo comparado desses idiomas, incluindo português e galego, participou em Congressos Internacionais de Filologia Românica⁽²⁾.

Esta incansável e multilateral filóloga deixou também estudos no domínio das literaturas ibero-românicas, por ex., um interessante artigo sobre as cantigas de escárnio e maldizer dos trovadores galaico-portugueses comparadas

com a poesia satírica dos trovadores provençais. A autora chega à conclusão de que a forma das cantigas dos trovadores galaico-portugueses é mais livre e a sátira menos cruel do que na poesia provençal.

Outros professores-lusistas de São Petersburgo, alunos, na sua maioria, de O. Vassilieva-Chvede, também deram sua contribuição aos estudos luso-brasileiros. Vladimir Fedorov (1926-1994), professor catedrático, publicou uma série de artigos sobre algumas particularidades sintácticas do português. Galina Neustroeva, professora docente, além de numerosos artigos, editou um manual de gramática teórica portuguesa. Helena Golubeva, professora docente, publicou um manual de fonética portuguesa para os russos e alguns artigos, principalmente sobre os modos verbais em português.

Alexandre Jaruchkin, professor docente da Universidade Clássica de São Petersburgo, formado pela Secção de Filologia Portuguesa, trabalhou nesta Secção nos anos 70-80. Desde 1985 é chefe do Departamento de Ensino de Línguas Estrangeiras para Adultos. Especializa-se nos problemas ligados com a língua portuguesa na África. É autor de alguns artigos e de uma pequena monografia-manual «Língua Portuguesa na África»⁽³⁾.

Vadim Caryl, formado pela Secção de Filologia Espanhola, começou a trabalhar na Universidade Clássica como professor de Português. Desde 1975 é professor docente na Universidade Pedagógica Herten, chefe de Departamento (10 anos) na Faculdade de Línguas Estrangeiras, Organizador e Director dos Cursos de Português (1983-1990), Organizador do Ensino do Português como segunda língua (1987-1996). Foi colaborador na realização do III (1992) e do VIII (1997) Fórum Universitário de Estudos Europeus em São Petersburgo. V. Caryl é autor de artigos dedicados aos problemas de gramática e estilística do português e de livros, publicados como manuais, que apresentam o sistema de sufixos diminutivos e aumentativos no Português de Portugal⁽⁴⁾.

Seguindo o exemplo de O. Vassilieva-Chvede, alguns professores de espanhol e português realizaram investigações comparadas de português e outros idiomas ibero-românicos. Anatoli Gach é autor de artigos de estudo comparado de português, espanhol e galego. Natalia Med, professora docente da Secção de Filologia Espanhola, lecciona um curso de lexicologia comparada de espanhol e português e é autora de artigos sobre os meios expressivos destas línguas⁽⁵⁾.

A língua portuguesa é também objecto de estudos comparados no amplo plano românico. Tamara Repina, professora catedrática, destacada romanista, que chefiou durante anos o Departamento de Filologia Românica da Universidade Clássica de Leninegrado — São Petersburgo, apresentou, no seu manual intitulado «Tipologia Comparada das Línguas Românicas», os resultados das suas investigações dos sistemas nominal e verbal do Francês, Italiano, Espanhol, Português e Romeno e de algumas particularidades da reacção destas línguas em referência aos objectos (por ex., «homem-coisa») e às relações «espaço — tempo» e possessão, do mundo real.

Georgi Stepanov, (1919-1986), Académico, professor catedrático da Universidade de Leninegrado, depois Director do Instituto de Linguística em Moscovo, um dos principais romanistas russos, na sua monografia intitulada «Tipologia dos Estados e das Situações Linguísticas nos Países de Fala Românica» também se ocupa do Português, no contexto das línguas derivadas do latim. Dedicou uma atenção especial ao antigo galaico-português, primeira língua literária na parte centro-ocidental da Península Ibérica, e aos problemas do Português no Brasil.

Na Universidade Clássica de São Petersburgo também se realizam estudos dedicados à literatura portuguesa. Alexandre Smirnov, (1883-1962), eminente filólogo, professor catedrático da Universidade de São Petersburgo — Leninegrado, fala da poesia trovadoresca galaico-portuguesa no seu livro «Literatura Medieval de Espanha». Zahar Plavskin, que foi, durante muitos anos, professor catedrático na Universidade de Leninegrado — São Petersburgo, especialista na história das literaturas de expressão espanhola, também escreve sobre a literatura portuguesa, e dedicou um capítulo, no seu manual intitulado «Literatura de Espanha dos séculos IX-XV» aos trovadores galaico-portugueses.

Alguns especialistas mais novos, formados já pela Secção de Filologia Portuguesa, também se ocupam com literatura. A Professora Docente Irina Khokhlova, Académica Correspondente da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, publicou numerosos artigos dedicados à obra dos trovadores galaico-portugueses, Luís de Camões e Fernando Pessoa (*).

André Rodoski, professor docente da Faculdade de História da Universidade Clássica de São Petersburgo, escolheu como tema principal da sua actividade científica a poesia portuguesa do século XIX, a que dedicou vários artigos (*).

O panorama dos estudos Luso-Brasileiros na nossa Universidade seria incompleto se não mencionássemos a actividade do professor catedrático Boris Komissarov, chefe do Departamento da História Nova e Novíssima na Universidade Clássica de São Petersburgo, Presidente da Associação Internacional de Estudos Langsdorff (AIEL), Membro Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Boris Komissarov dedicou muitos anos de intenso trabalho à investigação das relações russo-brasileiras, em que ocupa um lugar importante o estudo escrupuloso dos materiais da expedição mista Russo-Brasileira chefiada por G. Langsdorff (1822-1829). Os resultados destas pesquisas foram publicados em muitos artigos e livros, de que só citaremos alguns, por falta de espaço. A monografia de B. Komissarov «Petersburgo — Rio de Janeiro», publicada em russo, apresenta a época inicial do estabelecimento das relações russo-brasileiras (1808-1828). Em 1988 em Rio de Janeiro apareceu uma impressionante colecção, em três volumes, de desenhos e aquarelas efectuados pelos pintores — participantes da Expedição Langsdorff (M. Rugendas, A. Taunay, H. Florence), com extenso estudo preliminar de Boris Komissarov (*). Uma concisa descrição, feita por B. Komissarov, da Expedição Langsdorff, está apresentada

num livro publicado em português, no Brasil, em 1996 (*). Em 1996-1997 apareceram, publicados no Brasil na tradução portuguesa, os primeiros dois volumes dos Diários de Langsdorff, editados com relevante participação de Boris Komissarov (**).

A divulgação da literatura portuguesa, tão brilhantemente iniciada no começo do século, voltou a reanimar-se depois da Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir dos 60. Na editora moscovita «Literatura Artística» foi criada uma redacção, chefiada por Valeri Stolbov (1913-1991), especializada na tradução e edição de obras de autores espanhóis, portugueses e latino-americanos. Para participar neste trabalho também foram convidados alguns filólogos da nossa cidade, tanto mestres de nome já conhecido, experimentados na literatura e na vida, — Ivan Likhatchev (1903-1972), Aleksei Chardin (1911-1983), como tradutores novos, que faziam os seus primeiros passos no domínio das letras. Entre eles estavam Inna Tchejegova, então empregada na Biblioteca Universitária, Alexandra Koss, Anatoli Gach, Helena Golubeva, professores de português. Dos numerosos livros, na organização e tradução dos quais tomaram parte estes especialistas, aqui, por falta de espaço, só mencionaremos alguns. A «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto, traduzida por I. Likhatchev; «O Guarni», romance do famoso romântico

GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



gertal

Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária do bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma seleção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma refeição de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma refeição emendada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

brasileiro José de Alencar, publicado na excelente tradução de A. Chardin; o «Arco de Santa Ana», de Almeida Garrett, tradução ao russo feita por A. Koss; «Os Maias», de Eça de Queirós, tradução de I. Tchejegova; «Sob o Céu do Cruzeiro do Sul», colecção de novelas brasileiras dos séculos XIX-XX, organizada e parcialmente traduzida por A. Gach e H. Golubeva; entre os tradutores figuravam I. Likhatchev, A. Chardin, I. Tchejegova.

Dois livros de traduções de literatura portuguesa apareceram nos anos 60-70 na nossa cidade, editados pela filial da «Literatura Artística», sob redacção de Nina Snetkova, organizados e prefaciados por H. Golubeva. São os «Retalhos da Vida de um Médico» de Fernando Namora e o «Alcaide de Santarém», contos de Alexandre Herculano traduzidos por G. Stepanov, V. Fedorov, G. Chmakov, A. Koss, H. Golubeva e outros.

Não só nas edições de obras em prosa, mas também nas de poesia portuguesa tomaram parte os literatos de São Petersburgo I. Khokhlova e H. Golubeva organizaram a selecção de poesia lírica de Luís de Camões em dois livros: «Luís de Camões. Lírica» e «Luís de Camões. Lusíadas. Sonetos»; a versão russa de uma parte de poesia incluídas na primeira destas edições foi feita por A. Koss e M. Kviatkovskaia.

Em 1974 saiu a «Poesia Portuguesa do Século XX», organizada e prefaciada por H. Golubeva, com colaboração dos tradutores I. Tchejegova, G. Chmakov, A. Koss, M. Kviatkovskaia, L. Tsyvian, V. Vassiliev, e mais alguns, da nossa cidade. Este livro, não isento de defeitos, teve, pelo menos, o mérito de ser o primeiro em apresentar aos leitores russos a obra de Fernando Pessoa, Mário de Sá Carneiro, José Régio e muitos outros poetas portugueses do nosso século.

Em 1986 em Moscovo saiu a «Lira Lusitana», antologia de poesia portuguesa desde os trovadores galaico-portugueses medievais até aos poetas do limiar dos séculos XIX-XX, em que participaram, entre outros tradutores, I. Tchejegova, A. Koss, e também Alexandre Bogdanovski, formado pela nossa Secção de Filologia Portuguesa.

O fim do século foi marcado pela aparição, em São Petersburgo, de dois livros ligados com a poesia portuguesa. Em 1994 André Rodoski publicou um pequeno mas interessante livro de suas traduções de alguns poetas portugueses dos séculos XIX-XX, desde Almeida Garrett e João de Deus a Manuel Alegre e José Saramago, como título de «Campo de Flores».

Em 1995 o Centro de Estudos Galegos da Universidade de São Petersburgo começou a publicar a Antologia da Literatura Galega, edição bilingue ao cuidado da Directora do Centro, professora docente Helena Zernova. O primeiro volume desta Antologia — a «Poesia dos Trovadores» —, dedicada à obra dos trovadores medievais galaico-portugueses, apareceu com a Introdução de Manuel Regueiro Tenreiro, Director Geral de Política Linguística da Junta de Galiza e Prólogo de Xesús Alonso Montero, Catedrático de Literatura Galega na Universidade de Santiago de Compostela, e Membro numerário da Real Academia Galega. A «Poesia dos Trovadores» foi organizada por

H. Zernova e H. Golubeva e redatada por V. Andreev⁽¹⁾. A maioria das traduções foi feita por filólogos formados pela Universidade de São Petersburgo: I. Tchejegova, A. Koss, A. Miroliubova, H. Golubeva, V. Andreev, N. Sukhatchev, A. Rodoski.

Tal foi, em linhas muito gerais, o desenvolvimento do estudo, ensino e divulgação da Língua Portuguesa e Literatura Portuguesa e Brasileira, ligado com a Universidade Clássica de São Petersburgo, bela cidade nas margens do Neva, denominada ultimamente Capital Cultural da Rússia.

30 de Outubro 1997

Helena Golubeva

(1) Literatura Portuguesa e Brasileira. Séculos XIX-XX.

(2) Por ex.: Olga C. Vassilieva-Svede. Algunas tendencias en la evolución de la estructura gramatical del español, catalán e portugués // XII — ième Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes. Rapports et communications. Résumés. Bucarest, 1968; Olga C. Vassilieva-Svede. La categoría del aspecto verbal en las lenguas pirenaico-romances (español, portugués, gallego y catalán) / Actes du XIII — e Congrès International de Linguistique et Philologie romanes tenu à l'université Laval (Québec, Canada) du 29 août au 5 septembre 1971. T. I. Québec, 1976.

(3) Por ex.: A. Jaruchkin. Brasileirismos no português de Angola? // Revista de Filologia Românica, IV. Editorial de la Universidad Complutense. Madrid, 1986.

(4) Por ex.: V. Copl. Algunas Particularidades na expressão da magnitude espacial tridimensional // «Nós». Revista Internacional de Lusofonia. N 41-50. Pontevedra — Braga 1995.

(5) N. Med. Intencificación de la valoración en la lengua coloquial española y portuguesa. // Actas de la I Conferencia de Hispanistas de Russia. Madrid 1995.

(6) Por ex.: Kokhlova I.A. Algunas particularidades del paralelismo sintáctico en la poesía galaico-portuguesa de los ss. XII-XIV. Irene A. Kokhlova. Pessoa e Camões. Academia Internacional da Cultura Portuguesa. Boletim N 23 I volume. Lisboa, 1996.

(7) André Rodoski. Amor e Religião na poesia de João de Deus // «Roteiros». Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro, N 23, Junho-Dezembro de 1995.

(8) Expedição Langsdorff ao Brasil. 1821-1828. Vol. I-III. Edições Alambra. Rio de Janeiro, 1988.

(9) Boris Komissarov. História da Expedição Langsdorff no Brasil. Colaboração Danuzio Gil Bernardino da Silva. São Paulo, 1996.

(10) Os Diários de Langsdorff. Volume I. Rio de Janeiro e Minas Gerais. 8 de Maio de 1824 a 17 de Fevereiro de 1825. Organizador Danuzio Gil Bernardino da Silva. Editores Boris Komissarov e outros. Campinas — Rio de Janeiro, 1996.

(11) Os Diários de Langsdorff. Volume II. São Paulo 26 de Agosto de 1825 a 22 de Novembro de 1826. Organizador Danuzio Gil Bernardino da Silva. Editores Boris Komissarov e outros. Campinas — Rio de Janeiro, 1997.

(12) Poesia dos Trovadores. Antologia da Literatura Galega. Centro de Estudos Galegos da Universidade de San Petersburgo. San Petersburgo, 1995.

NOTA

Agradecemos à Sra. Doutora e Académica da Academia Internacional de Língua Portuguesa, este artigo pois dá-nos uma retrospectiva completa da importância dada especialmente na Universidade de S. Petersburgo à Língua e Cultura Literária Portuguesa nos séculos XIX e XX — A Direcção de «Roteiros» Pe. Joaquim António de Aguiar, Presidente da Academia Internacional da Língua Portuguesa.